

**Antecipação, Memória Discursiva E Argumentação Em Editoriais Do Jornal “O Globo”: Um Olhar Para O Tratamento Do Tema Democracia No ‘Ontem’ E No ‘Hoje’**

**Forethought, Discursive Memory And Argument In Editorial As "Globo": One Conception To The Theme Democracy, “Yesterday” And “Today”**

**Safira Ravenne da Cunha Rêgo**

Mestranda em Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Piauí

E-mail: [saffira01@hotmail.com](mailto:saffira01@hotmail.com)

**Francisco Renato Lima**

Mestrando em Letras pela Universidade Federal do Piauí

Professor do Instituto Federal do Piauí

E-mail: [fcorenatolima@hotmail.com](mailto:fcorenatolima@hotmail.com)

**Maraísa Lopes**

Doutora pela Universidade Estadual de Campinas

Professora da Universidade Federal do Piauí

E-mail: [maraisa\\_lopes@uol.com.br](mailto:maraisa_lopes@uol.com.br)

Endereço: Safira Ravenne da Cunha Rêgo

Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências Humanas e Letras, Departamento de Letras. Campus

Universitário Petrônio Portela – Ininga, CEP: 64049-550 - Teresina, Piauí – Brasil.

Endereço: Francisco Renato Lima

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, Centro de Referência em Formação e Educação a

Distância. Rua Dona Amélia Rubim - de 1/2 ao fim. Renascença, CEP- 64082-140 - Teresina, PI – Brasil.

Endereço: Maraísa Lopes

Universidade Federal do Piauí, Campus Professora Cinobelina Elvas. Rodovia Municipal Bom Jesus-Viana, Km

01. Planalto Horizonte, CEP-64900-000 - Bom Jesus, PI – Brasil.

**Editora-chefe: Dra. Marlene Araújo de Carvalho/Faculdade Santo Agostinho**

**Artigo recebido em 08/10/2014. Última versão recebida em 28/10/2014. Aprovado em 28/12/2015. Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review pela Editora-Chefe; e b) Double Blind Review (avaliação cega por dois avaliadores da área).**

**Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação.**

## RESUMO

O presente trabalho discute acerca da compreensão da memória discursiva que o sujeito brasileiro possui acerca da noção de democracia, utilizando como arquivo recortes dos textos publicados pelo Jornal “O Globo” sobre as revoluções da Ditadura, em 1964, e as ocorridas, hoje, no Brasil, em face da insatisfação dos brasileiros com relação às tarifas do transporte público e à realização da Copa do Mundo, enfatizando-se, para tanto, o poder da argumentação. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e analítica, que associa a Análise do Discurso (AD), em sua perspectiva francesa, com a História e as intenções discursivas presentes em importantes momentos do país, em se tratando de língua, sujeito e História e o poder da argumentação para a compreensão da realidade. De acordo com os conceitos de “Memória Discursiva”, “ilusão política” e “circulações discursivas” propostos por Pêcheux (1981/1983/1993/2009) e difundidos por Orlandi (1998/1999/1995/2006/2007); de “textualização do político” em Courtine (1982); de Análise Argumentativa do Discurso proposta por Aristóteles e, posteriormente, por Amossy (2006) e a Argumentação na Análise do Discurso sob a acepção de Orlandi, pretende-se trabalhar o poder de fixação de valores e assujeitamento que as organizações Globo exercem sobre a mente dos leitores e telespectadores, o que corresponde à formação da sua subjetividade, baseada em discursos já ditos.

**Palavras chave:** Memória discursiva. Democracia. Argumentação. Assujeitamento. Compreensão.

## ABSTRACT

This work discusses about the comprehension of discursive memory that the submit Brazilian has about the conception of democracy, using as material of newspaper of "O Globo" on the revolutions of the military dictatorship in 1964, and also in Brazil, due to the dissatisfaction of Brazilians in relation with transport fares and hosting of the World Cup, emphasizing, therefore, the strong argument. This is a bibliographic and analytical research that associates Discourse Analysis (AD), on the French perspective, with history and discursive intentions in important moments of the country, about the language, subject, History and the power the argument for comprehension of reality. Based on concepts of " Discursive Memory", "political illusion" and "discursive circulations" based on Pêcheux (1981/1983/1993/2009) and also on Orlandi (1998/1999/1995/2006/2007); of " textualisation of political sense" in Courtine (1982); about Argumentative of the discourse proposed by Aristotle and after by Amossy (2006) and Argumentation in Discourse Analysis under the meaning of Orlandi, we intend to work the holding power values and submit organizations Globe have on the mind readers and viewers, which corresponds to the formation of subjectivity, based on already said.

**Keywords:** Discorsive memory. Democracy. Argument. Subject. Comprehension.

## 1 INTRODUÇÃO

A Análise do Discurso (AD), tal como se propõe, adota, como objeto de estudo, toda a produção verbal ou não verbal, intencional ou não, que carrega uma marca ideológica, semântica e social, formada a partir da interação sujeito e mundo. Desse modo é uma disciplina que estuda a “língua funcionando para a produção de sentidos” (ORLANDI, 1999, p. 17), ou seja, a língua não é um objeto neutro ou estático, mas dialético, que se constitui a partir da construção de sentidos e significados, por meio da linguagem; assim, “todo discurso é parte de um processo discursivo mais amplo que o toma em sua rede de significações” (ORLANDI, 1995, p. 149), posto que, ao construir um discurso, o sujeito está localizado em um lugar socio-historicamente construído, que vai interferir na produção de seus enunciados.

É relevante a importância da Análise do Discurso no tocante à definição das posições dos sujeitos e de suas ideologias, bem como o uso da antecipação para atingir esses fins. E, nesse âmbito, é oportuno se fazer um intercâmbio com aquilo que já foi dito, para que se convençam e se produzam sujeitos, com mais prioridade.

Sabe-se que o uso da argumentação incide no fato de tentativa de convencimento de um auditório, e que os meios utilizados para isso são os mais diversos, no compromisso com a persuasão e a verdade. Para essa realização, entretanto, é relevante se abordar determinados pontos relacionados à Análise de Discurso.

Argumentar é uma tarefa contínua, presente em todas as situações diárias, indispensável ao exercício da formação e propagação de valores; e isso se torna ainda mais notável ao se trabalhar com o campo político, e a associação desses valores com a própria ideologia, e com a noção de antecipação, para Pêcheux (1993), propiciada pelo bom uso da linguagem. Courtine (1982) fala que a Análise do Discurso trabalha com a textualização do político.

Nesse sentido, convém compreender a postura do Jornal “O Globo”, ao praticar um ideal de apoio e aceitação em face da “revolta” do período ditatorial, e hoje, uma postura de recusa às manifestações populares, consideradas violentas e sem ordem. Chamavam o golpe de revolução, haja vista que, para eles, era essa a única maneira de manter uma democracia, no Brasil. E, hoje, tacham como injustificados os diversos atos de vandalismo e violência praticados principalmente por jovens brasileiros, grupos que devem ser contidos e punidos.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 A ARGUMENTAÇÃO COMO PROCESSO DE ANTECIPAÇÃO E DE FIXAÇÃO DE IDEOLOGIAS

Argumentar é um fato de linguagem presente em estudos desde a Antiguidade. Ela encontra sustentação na retórica que, para Aristóteles, seria a capacidade de descobrir o que é adequado a cada caso com o fim de convencer. Uma instituição, ou organização, pode, perfeitamente, conquistar as mentalidades de um público, utilizando, para isso, de estratégias argumentativas.

É preciso, inobstante, mostrar os fatos discursivos e estar atento ao público ao qual se destina, usando, para isso, de estratégias que visem fazer com que o ouvinte-leitor-receptor se identifique. Este, não necessariamente passa a aceitar os dados como fatos, como verdade absoluta, mas se torna capaz de atentar às intenções discursivas em meio a um contexto definido, o que vai além da mera decodificação textual.

Assim, Perelman (1970), apesar de reconhecer a relevante necessidade de se dirigir ao público e de se adaptar a ele, não postula com primazia o poder da verdade na argumentação, visto que, segundo o autor, o objetivo da argumentação, não é, como na demonstração, provar a verdade da conclusão a partir da verdade das premissas, mas é o de transferir para a conclusão a adesão acordada pelo seu auditório às premissas. Da mesma forma, Pêcheux (1981), ao tratar das “circulações discursivas”, entende uma compreensão dos discursos baseadas em outros, em uma “materialidade específica”.

Ao leitor do Jornal “O Globo”, membro de um grupo universal, dirigem-se argumentos e conclusões, correspondentes a essa própria estratégia argumentativa do orador, em que se pretende uma certa imparcialidade, racionalidade, mas que contraditoriamente, marca a subjetividade e as ideologias da empresa.

Essa acepção argumentativa é, pois, adotada por Pêcheux (1981) sob o ponto de vista do funcionamento das formações imaginárias do sujeito. Nesse sentido, Orlandi (1998, p. 77) ressalta que “argumentar é prever, tomado pelo jogo de imagens. Que se trate de transformar o ouvinte ou de identificar-se a ele, a antecipação joga a partir das diferentes instâncias dos processos discursivos tal como acabamos de enunciar”.

Havendo uma ligação entre as Ciências Sociais e a ideologia fundada e disseminada em diferentes contextos em que se inserem os sujeitos, é possibilitada a produção dos discursos e sua correlata análise, considerando-se, logo, as esferas detentoras do poder e os

processos argumentativos utilizados. Pêcheux (1975) apud Orlandi (2007) entende que não há discurso sem sujeito nem sujeito sem ideologia, sendo estes elementos, portanto, decisórios para a produção de sentidos.

A produção de sentidos, por sua vez, não se efetiva através de uma troca linear de mensagem de um locutor para um receptor, mas, segundo Orlandi (2007, p. 21), em “um processo de constituição do sujeito, de argumentação, de subjetivação, de construção da realidade etc.” Pêcheux (1969) entende que o discurso mais do que transmissão de informação, é efeito de sentidos entre locutores, não existindo requisitos e exigências clássicas para que se construa e se transmita uma mensagem, uma informação, e se efetive o discurso.

## **2.2 A HISTÓRIA E A MEMÓRIA DISCURSIVA: O ESTABELECIMENTO DE POSIÇÕES-SUJEITO**

A análise do discurso “compreende as circunstâncias da enunciação, o aqui e o agora do dizer” (ORLANDI, 2006, p. 15), já que compreende a língua como construção simbólica do homem e de sua história, repleta de intencionalidade e significação. Desse modo, falar de produção de discursos é ainda mais interessante, uma vez que o sócio-histórico necessita ser considerado, interligando, assim, história e sociedade. Nesse sentido,

Levando em conta o homem na sua história, considera os processos e as condições de produção da linguagem, pela análise da relação estabelecida pela língua com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer. Desse modo, para encontrar as regularidades da linguagem em sua produção, o analista de discurso relaciona a linguagem à sua exterioridade. (ORLANDI, 2007, p. 16)

Inobstante, para o questionamento da memória discursiva de um determinado componente social, é necessário considerar uma formação discursiva, uma vez que o enunciado se inscreve na história, aponta para uma posição-sujeito, e se relaciona com outros enunciados que o antecedem e o sucedem. A produção de um discurso, que revele uma determinada postura ou posição em face desse momento histórico ou político ou social, parte das condições de produção e salienta a ideologia como força decisória.

O reflexo daquilo que já foi dito, já foi construído, constitui a “memória discursiva”, termo de Pêcheux, discutido por Orlandi (2007, p. 31), como “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído.” Se a História não se constituísse daquilo que já foi dito, mesmo ideias falhas ou duvidosas, provavelmente não

haveria tantas posições e tantas possibilidades de interpretação e análise, principalmente em se tratando de temas tão discutíveis e atuais, como é o caso da democracia.

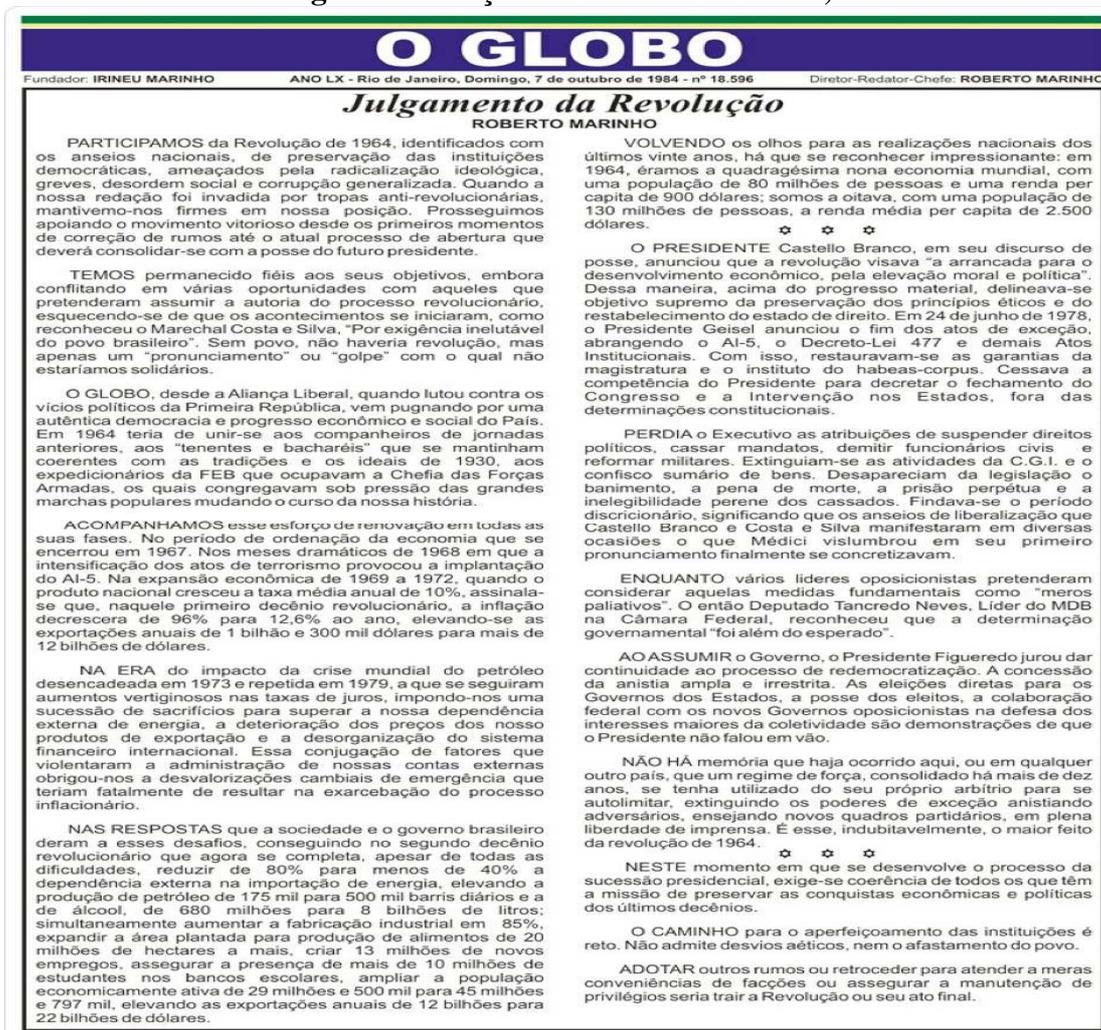
As posições e os conceitos formados a respeito de manifestações ou movimentos em defesa de certos ideais têm estreita relação com o que já foi dito a respeito disso, com o contexto já construído; portanto, com a memória discursiva. Lopes (2009) afirma que os sentidos se dão a partir da inscrição dos discursos na língua e na história. O discurso só significa dentro de uma dada formação discursiva historicamente constituída. Assim, podemos dizer que a incompletude é condição da linguagem. Os sujeitos, os sentidos e os discursos nunca estão acabados.

Nessa perspectiva, Pêcheux (1969) *apud* Orlandi (1998, p. 75), trata da “circulação discursiva” como uma sucessão de acontecimentos e produção de discursos baseadas em outros discursos e inseridos em diversos contextos, e o sujeito como “um lugar de significação historicamente constituído, ou seja, uma ‘posição’”.

Um acontecimento, enquanto determinante e significativo aos rumos de um povo, só podendo ser analisado levando-se em consideração os efeitos que ele provoca na sociedade e os pontos de vista assumidos pelas diversas camadas ao seu respeito. É nesse sentido que se constitui a importância da argumentação para produzir efeitos de sentido; e, nessa produção, é relevante o estudo da memória como fixação de valores e formação de posições-sujeito.

## 2.3 JORNAL “O GLOBO”: A DEMOCRACIA E A MEMÓRIA DISCURSIVA

Figura 1 – Edição do Jornal “O Globo”, de 1984



FONTE: < [www.jornal Globo.com.br](http://www.jornal Globo.com.br) >. Acesso em: 08 ago. 2014

Em sua edição de 07 de outubro de 1984, em artigo de opinião de Roberto Marinho, intitulado “Julgamento da Revolução”, “O Globo” apóia a ditadura, a qual chama de “revolução”, utilizando-se do argumento de agir em defesa da democracia: “O Globo, desde a Aliança Liberal, quando lutou contra os vícios políticos da Primeira República, vem pugnando por uma autêntica democracia e progresso econômico e social do País”.

Percebe-se, logo, uma memória discursiva pertinente a um modelo de democracia, que se relaciona a revoltas, inculcadas na mente dos brasileiros como se certos objetivos se alcançassem, prioritariamente, com base na coerção, na luta; no entanto, o objetivo, aqui, é a ordem.

Conforme Pêcheux (2002) apud Lopes (2009), um acontecimento convoca um espaço da memória e o reorganiza. Assim, o contexto de democracia suscita questões pertinentes à guerra e à mobilização social, uma vez que a produção de sentidos gerados por esse conceito encaminha a esse ideário.

Michel Foucault (2003, p. 26), em seu “A ordem do discurso” afirma que “o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta”. No caso, esse acontecimento é a própria história, os pontos ligados a ela e por ela formados dentro das práticas discursivas e logo propensos ao questionamento da memória. Esta, para Pêcheux (1983, p. 55) está no fato de que “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro [...] se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro”.

Nesse sentido, ao se utilizar do conceito de “democracia”, na edição de 1984, “O Globo” intenta evidenciar a necessidade de preservar o patrimônio, de torná-lo livre dos propósitos de destruição e retrocesso, além de conferir demasiada importância à participação do povo no destino de um país, bem como realça que é esse o único meio para que haja, de fato, evolução.

Ao partir do pressuposto de que a mídia se responsabiliza pela formação de subjetividade e construção de verdades, verifica-se uma posição argumentativa adotada pelo Jornal “O Globo” no tocante ao posicionamento de sujeitos e ao consequente assujeitamento. Na Análise do Discurso, ele é um “sujeito social”, conforme Pêcheux (1993, p. 82), que não o concebe empiricamente, mas como um lugar determinado na estrutura de uma formação social. Nessa linha argumentativa, não funcionam na situação de interlocução “os traços sociológicos empíricos – classe social, idade, sexo, profissão – mas as formações imaginárias que se constituem a partir das relações sociais que funcionam no discurso”.

Amossy (2006) enfatiza a intenção ou orientação argumentativa, prática constante dos discursos político e publicitário, de modo que se revelam as intenções e “estratégias de persuasão programada”, evidentemente produzidas com a clara intenção de persuadir, de provocar determinados sentidos acerca das questões em debate.

A questão da ditadura no Brasil provocou o surgimento de várias questões relacionadas à censura e à liberdade de imprensa, o que levou, inclusive, a composições de diversos discursos, como músicas e poemas, carregados de mensagens tácitas revelando a insatisfação dos brasileiros.

Esse descontentamento é, logo, propagado e difundido até hoje como um aspecto negativo e repressor. Pode-se falar, assim, na construção de uma identidade dos sujeitos relacionada com a sua memória discursiva; nesse caso, concretizada em práticas sociais

diretamente associadas à ação, à resistência popular. O Jornal “O Globo”, de 07/10/1984, mantém a posição dos revolucionários como algo sagrado, em defesa da preservação da ordem, da democracia e do progresso do país.

Já, em edição de 05/05/2014, em editorial denominado “Cresce a violência nascida da intolerância”, “O Globo” se manifesta sobre a eclosão das diversas manifestações populares por reivindicação à tarifa aos transportes públicos e à Copa do Mundo, no Brasil, enunciando a partir de uma formação discursiva contrária aos atos de violência, considerados como injustificáveis e causadores de diversos males, argumentando que: “O modelo é o de sempre: ocupação, resistência e passeatas, com desfecho violento — depredações, barricadas erguidas com rapidez e logo incendiadas, para dificultar o avanço dos batalhões de choque”.

### Quadro 1 – Edição do Jornal “O Globo”, de 2014

*Qui – 22 de maio de 2014-05-22*

*Geral*

**Cresce a violência nascida da intolerância (Editorial)**

**Enviado por Ricardo Noblat - 7.5.2014**

**12h01m**

**O Globo**

Falar em violência no Brasil, nos últimos 30 anos, chega a ser redundância. Há, é certo, políticas públicas que, em algumas regiões metropolitanas, como as de Rio e São Paulo, conseguiram reduzir bastante a taxa de homicídios, termômetro usual para mensurar-se o nível de segurança pública. Mas há um outro tipo de violência em ascensão, algo diferente, tão ou até mais grave, a qual esses indicadores clássicos não conseguem captar na sua totalidade.

O noticiário tem trazido uma mistura indigesta de atos de pura selvageria em linchamentos espalhados pelo país. Destacou o caso não menos bárbaro do torcedor assassinado ao ser atingido por um vaso sanitário jogado de cima do estádio do Arruda, em Recife, e tem acompanhado a sucessão sem-fim de embates violentos nas ruas de grandes cidades, principalmente São Paulo e Rio.

Tudo junto compõe o clima de mau humor e exasperação que toma conta do país. Parece haver no ar uma eletricidade capaz de produzir faíscas a partir de qualquer situação banal. Rixa no trânsito, fila no banco, e assim por diante.

Pode-se fixar em junho do ano passado, na explosão de manifestações de ruas, inicialmente espontâneas, o marco zero do atual processo de degradação da convivência social. Mais precisamente quando aquelas manifestações foram sufocadas pelo oportunismo de grupos radicais, aproveitando-se daquela mobilização contra precariedades na infraestrutura e nos serviços públicos, para estabelecer um padrão de atos cada vez mais violentos, com depredações de bens públicos, privados e agressões. Entre os alvos, policiais e

imprensa profissional. A intolerância também ganhou as ruas.

O ápice da escalada foi o assassinato do cinegrafista Santiago Andrade, da TV Bandeirantes, em fevereiro, na Central do Brasil, pelo disparo criminoso de um rojão por Fábio Raposo e Caio Barbosa, dois integrantes dos grupos de vândalos que atuam nesses ataques. A devida reação das instituições de Estado, Polícia e Justiça fez arrefecer a ação de black blocs e aparentados. Mas eles estão de volta.

O motivo inicial foi a tarifa dos transportes públicos. Logo, a Copa entrou na agenda dessas organizações e, nas últimas semanas, em São Paulo e Rio, cresce nesta agenda a questão da moradia, com a atuação orquestrada, nas duas cidades, de invasores de imóveis e terrenos.

O modelo é o de sempre: ocupação, resistência e passeatas, com desfecho violento — depredações, barricadas erguidas com rapidez e logo incendiadas, para dificultar o avanço dos batalhões de choque. Qualquer grupo de poucas dezenas de pessoas tem conseguido paralisar áreas vitais de São Paulo e Rio.

O Código Penal e a própria Constituição, no sentido mais amplo, têm sido revogados na prática, diante de um poder público inerte. Ou quase. É correto o cuidado das autoridades em não produzir um cadáver que possa ser manipulado a fim de turbinar os protestos. Mas a paralisia catatônica também não é a melhor postura.

Está evidente que há algo em curso, planejado, na linha da radicalização e da intolerância anárquicas. Até mesmo o atual momento de tensão em algumas favelas cariocas, em que o tráfico tenta retomar espaços perdidos para UPPs, tem sido aproveitado para se espalhar a violência em bairros da cidade, numa aliança espúria, tácita ou não, com criminosos.

Militantes desses movimentos chegam a perseguir pessoas em locais públicos, no estilo dos grupos nazifascistas nas décadas de 30 e 40, na Alemanha, na Itália e na Áustria. Há dias, o próprio ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, conhecido pelo trânsito fácil com organizações sociais, foi afrontado por um desses militantes, no Rio.

A questão vai, portanto, além de divergências partidárias —, embora se saiba que esquemas políticos têm aproveitado a radicalização com objetivos eleitorais. Esta infiltração é detectada há algum tempo no Rio de Janeiro.

FONTE: < [www.jornalglobo.com.br](http://www.jornalglobo.com.br) > Acesso em: 08 ago. 2014

Diante desse quadro de desordem social, há uma anulação dos princípios que regem a ordem no Brasil, bem como uma necessidade de mobilização dos órgãos públicos para controlá-lo. “O Código Penal e a própria Constituição, no sentido mais amplo, têm sido revogados na prática, diante de um poder público inerte. Ou quase. É correto o cuidado das autoridades em não produzir um cadáver que possa ser manipulado a fim de turbinar os protestos. Mas a paralisia catatônica também não é a melhor postura.”

É oportuno salientar que a violência no Brasil, hoje, para “O Globo”, vai além de questões partidárias; ao mesmo tempo, é comparada a grupos nazifascistas nas décadas de 30 e 40, na Alemanha, na Itália e na Áustria, dado o caráter de “radicalização e intolerância anárquicas” que conduzem ao retrocesso e ao atraso.

Ademais, é perceptível uma vulgarização dos atos de violência que, de tão comuns, passam a fazer parte da vida dos brasileiros em situações corriqueiras: “Tudo junto compõe o clima de mau humor e exasperação que toma conta do país. Parece haver no ar uma eletricidade capaz de produzir faíscas a partir de qualquer situação banal. Rixa no trânsito, fila no banco, e assim por diante”.

Não se menciona, em nenhum momento, a força do povo e do governo brasileiro, nem tampouco o seu papel no desenvolvimento da nação, como fora feito no editorial anterior. Pelo contrário, insegurança pública, insatisfação, ataques, divergências, formação de “organizações semiclandestinas radicais”, “selvageria”, “incivilidade”, dentre outros, são efeitos dessa guerra moderna.

A memória discursiva de democracia, outrora fundada com base na ordem, agora se manifesta como inflexibilidade e anarquia. Trata-se de “materialidades textuais” diferentes, conforme Pêcheux (2009), uma vez que os sentidos produzidos se afastam. A posição do Jornal, hoje, é de tentar convencer o público a construir uma identidade de recusa aos movimentos que crescem a cada dia no país. Utiliza-se, para isso, do poder da antecipação, embora não se convenha falar, aqui, apenas em argumentação conforme afirma Koch (2002, p. 15-10) em sua obra *Argumentação e Linguagem*:

A linguagem passa a ser encarada como forma de ação, ação sobre o mundo dotada de intencionalidade, veiculadora de ideologia, caracterizando-se, portanto, pela argumentatividade. [Dessa forma] o ato de argumentar é visto como o ato de persuadir que procura atingir a vontade, envolvendo a subjetividade, os sentimentos, a temporalidade, buscando adesão e não criando certezas.

Em vista disso, o poder da linguagem no que se refere à antecipação, se sobrepõe à função apenas de transmitir uma informação; o que se evidencia é o entendimento de fatos discursivos presentes em textos, materialidades discursivas, do conhecimento prévio dos sujeitos, o que só se possibilita através da ação, da marcação de ideologias e da própria busca da compreensão.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Jornal “O Globo”, avesso aos anseios populares, adota estratégias discursivas pertinentes no sentido de ganhar aceitação do público, convencer. Considerar a antecipação sob o prisma da Análise do Discurso é refletir sobre os sujeitos, o político, a ideologia, a

História, uma vez que não se pode entender os acontecimentos e fatos discursivos sem um olhar político, sem uma compreensão do discurso além da materialidade do texto, sem uma investigação sobre a corporalidade do sentido. Eis porque vê-la como antecipação.

É imprescindível evidenciar o papel do analista do discurso no sentido de argumentar dentro do processo sócio-histórico, uma vez que a argumentação, como fato discursivo, só é possível graças aos sentidos e aos sujeitos eu os produzem. Os argumentos, em si, têm relação direta com aquilo que já foi dito.

É a antecipação, em que se trata de ir além do estabelecido, do visível, do limitado. Deve-se, pois, afirmar (e reafirmar) posições, produzir efeitos de sentidos diversos e construir sujeitos, para a própria compreensão da realidade e dos fenômenos em que nela estão inseridos.

Desse modo, ao se trabalhar com estratégias argumentativas, deve-se, dentro da Análise do Discurso, inserir a ideia de Memória Discursiva, que aborda os olhares em diferentes épocas e contextos e que, pode, inclusive, modificar o sentido de uma aceção, dependendo do efeito simbólico pretendido no discurso.

## REFERÊNCIAS

AMOSSY, R. **L’argumentation dans le discours**. Deuxième édition. Paris: Armand Colin, 2006.

COURTINE, J. J. **Quelque problèmes théoriques et méthodologiques en analyse de discours**. Langages, Paris: Larousse, 1982.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso** – aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

JORNAL O GLOBO. Julgamento da revolução. Editorial publicado em 07.10.1984. Disponível em: < [www.jornalglobo.com.br](http://www.jornalglobo.com.br) >. Acesso em: 08 ago. 2014.

JORNAL O GLOBO. Cresce a violência nascida da intolerância. Editorial publicado em 22.05.2014. Disponível em: < [www.jornalglobo.com.br](http://www.jornalglobo.com.br) >. Acesso em: 08 ago. 2014.

KOCH, I. V. **Argumentação e linguagem**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LOPES, M. **Folha de S. Paulo**: da produção de sentidos acerca da Guerra do Iraque. São Carlos: Pedro & João Editores, 2009.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

\_\_\_\_\_. **Discurso e textualidade**. Campinas, São Paulo: Pontes, 2006.

\_\_\_\_\_. Discurso e argumentação: Um observatório do político. **Fórum Linguístico**, Fpolis, n. 1 (73-81), jul.-dez. 1998.

\_\_\_\_\_. **Análise do Discurso**: princípios e procedimentos. 7. ed. Campinas: Pontes, 2007.

PÊCHEUX, Michel. **Matérialités Discursives**. P. U. L: Lille, 1981.

\_\_\_\_\_. **O discurso**: estrutura ou acontecimento? Tradução de Eni P. Orlandi. São Paulo: Pontes, 1983.

\_\_\_\_\_. Análise Automática do Discurso (AAD-69). Traduzido por Eni P. Orlandi. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1993.[título original, 1969]

\_\_\_\_\_. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. São Paulo: Unicamp, 2009.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Traité de l'Argumentation**: La nouvelle rhétorique. 2 ed. Bruxelles: Editions de l'Institut de Sociologie, 1970. [1ª publicação: Paris: PUF, 1958, 2 vols.].